

**ENTRE PEÕES E BARRAGEIROS:
ORIGENS E TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA BINACIONAL DE ITAIPU (1975-1987)**

INAIARA LÔBO MENDES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

Orientador: Prof. Dr^a. Endrica Geraldo

INAIARA LÔBO MENDES

ENTRE PEÕES E BARRAGEIROS:

ORIGENS E TRAJETÓRIAS DOS TRABALHADORES NA CONSTRUÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA BINACIONAL DE ITAIPU (1975-1987)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr^a. Endrica Geraldo
UNILA

Prof. Dr^a Ana Rita Uhle
UNILA

Prof. Dr. Paulo Renato Silva
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____ / ____ / ____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Aos trabalhadores de Itaipu.

À Agatha, pelo nosso reencontro
proporcionado pelo curso.

AGRADECIMENTOS

Lembro de como fui empolgada pra entrevista do Memórias Subterrâneas... Amarrei uma fita pro Senhor do Bomfim e me senti super à vontade com as professoras Ana Rita e Endrica. A sensação, ao longo dos três anos na Extensão, nunca passou... Melhor ainda, também se estendeu aos colegas com quem dividi o projeto. Assim, agradeço a todos vocês pelas inquietações trocadas. Sem esse grupo de apoio maravilhoso (o isolamento que o diga) esse TCC não existiria.

Agradeço com a mesma intensidade os trabalhadores que se dispuseram a estar conosco contando e revivendo suas histórias. Minha motivação primeira de entrar no projeto e da finalização deste ciclo: a lida diária carrega mais entrelinhas do que um dia poderíamos contar aqui.

À Fundação Araucária, pela bolsa de Iniciação Científica concedida, cujos resultados são, junto à Extensão, fundamentais a este TCC.

A todos os professores que tive a oportunidade de encontrar ao longo do curso, sobretudo os da História que foram mostrando o caminho desse fazer, e à banca examinadora. Singularmente ainda à prof^a Endrica, a quem nutro muita admiração e foi a melhor orientadora que eu poderia ter. Agradeço a mainha, que mesmo trabalhando quase em tempo integral, ainda assim nunca mediu esforços pra que nossas vidas fossem mais que isso. Pelo estímulo, desde sempre, aos nossos estudos. E de quem aprendi a me virar "sozinha" tão bem, mesmo longe de casa.

Obrigada Aila, pelos milhares de áudios e leituras interdisciplinares que trocamos. Pela paciência em acompanhar todas as etapas desse processo e por me lembrar do descanso... Por ser afeto.

A Jéssica, pelas escutas e partilhas energicamente sensíveis.

Obrigada Zau por dividir a casa - porém não tanto - e me escutar desde sempre, por você ser quem é.

Vovó Adelina e Iyá Celidalva por todas as rezas que não precisam nem me contar mas sei que fazem.

A todas as mães e amigas que me auxiliam a trilhar a tão cara autoestima intelectual pra nós. E como sou feliz de ter ao meu lado tantas mulheres.

A todos amigos e familiares, cujos nomes aqui não caberiam, mas que vibram comigo, que respeitam meu tempo.

A meu Ori, que é por mim.

Agradeço.

É para aprender, às vezes vê essas obra bonita, mas são, a maioria, são analfabeto e semiafabetizado que fazem né.

Sr. Adenival

(antigo trabalhador de Itaipu)

Toda mulher que se forma em história é uma sobrevivente.

Bia Varanis

(AsMinaNaHistória)

RESUMO

A construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, localizada em Foz do Iguaçu (BR) e Hernandarias (PY), gerou diversos impactos na região em que está inserida, e conseqüentemente há múltiplas discussões e estudos sobre o tema. Destes, os que versam sobre os trabalhadores apresentam evidências de uma diversidade étnica na origem dos trabalhadores, indicações sobre o processo migratório e sobre estratégias de repressão e controle no ambiente de trabalho. Aqui, objetiva-se apresentar também dimensões da vida dos trabalhadores contratados pelos consórcios brasileiros responsáveis pela construção da Usina (1975-1987). A discussão sobre os peões e os denominados “barrageiros” será desenvolvida a partir de “Pedidos de Busca” (documentos produzidos com certa frequência no aparato de controle e repressão em que a Itaipu estava inserida junto à ditadura militar vigente) e de entrevistas com antigos trabalhadores da obra e seus familiares. Com base nessas fontes, procuramos investigar e discutir questões relacionadas às regiões de origem, processo migratório, diversidade de funções, bem como questões relativas ao cotidiano, dentro e fora do canteiro de obras, e à sociabilidade entre os trabalhadores.

Palavras-chave: trabalhadores; história social; Itaipu; ditadura

RESUMEN

La construcción de la Usina Hidroeléctrica de Itaipú Binacional, ubicada en Foz do Iguaçu (BR) y Hernandarias (PY), generó varios impactos en la región en la que está ubicada, y en consecuencia existen múltiples discusiones y estudios sobre el tema. De estos, los que tratan sobre los trabajadores presentan evidencias de diversidad étnica en el origen de los trabajadores, indicios sobre el proceso migratorio, estrategias de represión y control en el ámbito laboral. Aquí, el objetivo también es presentar dimensiones de la vida de los trabajadores contratados por los consorcios brasileños responsables de la construcción de la Usina (1975-1987). La discusión sobre los llamados “barrageiros” se desarrollará a partir de “Pedidos de Busqueda” (documentos producidos con cierta frecuencia en el aparato de control y represión en el que se insertó Itaipu junto con la actual dictadura) y entrevistas con ex trabajadores y familiares miembros. Con base en estas fuentes, buscamos investigar cuestiones sobre el origen, proceso de migración, diversidad de empleos, así como cuestiones relacionadas con la vida cotidiana, dentro y fuera de las obras, y con la sociabilidad entre los trabajadores.

Palabras clave: trabajadores; historia social; Itaipu; dictadura.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES (OPCIONAL)

Figura 1 – Cabeçalho do pedido de busca	19
Figura 2 – Item “dados conhecidos” do pedido de busca	20
Figura 3 – Resposta de pedido de busca	24
Figura 4 – Ficha Individual anexada ao Pedido de Busca	31
Figura 5 – Ficha Individual anexada a Pedido de Busca	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ENTRE PEDIDOS DE BUSCA E ENTREVISTAS: FONTES PARA CONHECER OS TRABALHADORES	16
2.1 PEDIDOS DE BUSCA	17
2.1 ENTREVISTAS	25
3 ORIGEM E PROCESSO MIGRATÓRIO: NOVO TRABALHO, NOVO DESTINO	13
4 VIVÊNCIAS E O TEMPO DE TRABALHO	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
FONTES	46
REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, localizada em Foz do Iguaçu (BR) e Hernandarias (PY), gerou diversos impactos na região que está inserida, e conseqüentemente há múltiplas discussões e estudos sobre o tema. Tais impactos são percebidos em uma nova configuração tanto nos aspectos naturais quanto sociais da região, perpassando questões de infraestrutura, sociabilidade, migração e geopolítica (GERMANI, 2003; RIBEIRO, 2002; MANARIN, 2008; MAZZAROLLO, 2003; SOUZA, 2009)

Após um processo de negociações entre o Brasil e o Paraguai para aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, excluindo a Argentina, os dois países assinaram o Tratado de Itaipu no ano de 1973 e, no ano seguinte, criaram a empresa Itaipu Binacional. A construção começou em 1975 e as obras ocorreram simultaneamente nas duas margens do rio regidas pelo Tratado em comum (MANARIN, 2008).

A Usina de Itaipu era a maior hidrelétrica do planeta, pelo menos até a construção da Hidrelétrica das Três Gargantas, na China, que foi inaugurada em 1994 e ultrapassa a Itaipu em capacidade instalada. Ambas seguem disputando a liderança na produção de energia. O reservatório de Itaipu ocupa vastos 1350km² e a inundação desta área levou ao fim as Sete Quedas¹ e à expropriação de mais de 40.000 pessoas.

A obra desencadeou também mudanças estruturais na região. Nesta monografia, teremos como foco especialmente os trabalhadores contratados pelos consórcios brasileiros que atuaram na construção da Usina, assim como sua inserção e adaptação em Foz do Iguaçu. Até então uma cidade de porte pequeno, Foz do Iguaçu precisou de investimento na infraestrutura de áreas residenciais, escolas, hospitais, centros de lazer. A Itaipu, direta ou indiretamente, criou e/ou manteve tais espaços necessários à própria construção da usina.

Para a edificação da obra, quatro consórcios foram envolvidos: dois para cada margem, divididos entre construção civil e montagem eletromecânica. No Brasil, os consórcios foram UNICON (construção civil) e ITAMON (eletromecânica); e no Paraguai foram CONEMPA (construção civil) e CIE (eletromecânica). (UEDA; GERALDO, 2020)

À época, ambos países estavam sob regimes ditatoriais militares. Sendo a Itaipu um dos legados de tais ditaduras, a relação entre 'criação e contexto de criação' deve aqui ser ressaltada com intento de ter uma dimensão da realidade de trabalho

¹ As Sete Quedas eram um conjunto de quedas d'água, no rio Paraná (entre Brasil e Paraguai), que faziam desta a maior cachoeira em volume de água do mundo.

interno. Lê-se em Silva (2010) tal preocupação, a partir da associação que faz entre a ditadura, os sistemas de segurança e a construção e manutenção da hidrelétrica.

A historiadora compreende essa construção como consequência direta da organização das elites burguesas e dos militares do Brasil e Paraguai, discutindo as implicações geopolíticas presentes nesse processo e contextualizando as funções da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) localizada na Itaipu, para observar o envolvimento do Brasil na Operação Condor a partir desta AESI.

As AESI's eram órgãos de informação da ditadura que funcionavam junto aos aparatos pré-estabelecidos nas repartições públicas. No caso da AESI Itaipu, além do papel que exerceu diretamente na Operação Condor, tinha a função de auxiliar no controle interno dos trabalhadores; para esses órgãos de informação, os trabalhadores pareciam seres incapazes de pensar, e que precisavam de controle para não terminar cooptados pela ideologia comunista.

Sessi (2015) explica mais detidamente o conjunto formado pelas Agências de Segurança na Itaipu e o Consórcio UNICON enquanto aparelhos repressores para com os trabalhadores. O autor investigou a relação entre a construção da Usina e a estrutura militar em seu interior, de organização excessivamente burocrática, sobretudo com os trabalhadores que constantemente eram alvo de buscas sobre seus históricos.

Autores como Sessi e Manarin desenvolveram ainda críticas pertinentes ao emprego da expressão “barrageiro-homem de aço”, realizado inclusive pela Itaipu em seus canais de comunicação. Alguns dos problemas apontados se referem, por exemplo, ao fato de que muitos trabalhadores não possuíam experiência em barragens ou mesmo na construção civil, e por essa razão não seriam “barrageiros”. Além disso, o uso da expressão sugere uma homogeneidade entre trabalhadores que eram, na realidade, muito diversos e que atuaram em condições muito desiguais.

Em estudos anteriores que, em alguma medida, investigaram os trabalhadores que atuaram na construção de Itaipu (RIBEIRO, 2002; MANARIN, 2008; SESSI, 2015), observamos evidências a respeito da grande diversidade étnica e da diversidade de categorias e ofícios, estratégias de controle e repressão no ambiente de trabalho, que dão mostras sobre um trabalhador que não o generalizado “barrageiro-homem de aço”.

Entretanto, ainda há poucos levantamentos e análises de dados mais específicos para a compreensão das questões acima indicadas. Entende-se que a busca por esses dados pode contribuir para conhecer melhor o amplo conjunto de

trabalhadores, assim como contribuir para o debate a respeito do processo migratório, das condições e das relações de trabalho em que se inseriram, sobre o processo de adaptação social e cultural desses trabalhadores em uma nova região e sobre o processo de instalação permanente dessas famílias na cidade de Foz do Iguaçu e na região da Tríplice Fronteira.

Esta pesquisa parte então de questões a respeito das origens, migrações e trajetórias dessas pessoas: quem são os trabalhadores de quem falam a Itaipu e os autores? De quais locais saíram para se lançar à empreitada da construção da Binacional? Quais funções desempenharam na empresa ou nos consórcios? Como foi sua inserção no trabalho e na cidade? Que tipo de sociabilidade estabeleciam dentro e fora do espaço de trabalho?

Para discutir estas questões, este estudo buscou investigar fontes como Pedidos de Busca e algumas entrevistas realizadas com ex-trabalhadores. Os pedidos são documentos que trazem as informações conhecidas na empresa sobre os trabalhadores com o intuito de que uma busca mais profunda fosse realizada pelos Sistemas de Segurança e de Informação a respeito de qualquer indício de envolvimento dos indivíduos com sindicatos, partidos ou movimentos sociais. Produzidos através da Assessoria de Segurança, faziam parte da rotina de controle e repressão da usina.

Os estudos de Silva e Sessi utilizaram os Pedidos de Busca como fontes para compreender o aparato de controle e repressão sobre os trabalhadores. Nosso objetivo, entretanto, foi buscar nesses documentos elementos sobre os próprios trabalhadores. Nesses Pedidos é possível identificar elementos como função desempenhada, cidade de origem e empregos anteriores, que contribuem para o debate pretendido com as questões acima citadas. Cabe adiantar que esses dados não são facilmente disponibilizados pela Itaipu e os pedidos foram catalogados a partir de pesquisa no site do Arquivo Nacional.

Muitas das pesquisas que tratam desses trabalhadores procuraram também fazer uso da História Oral. Assim, estudos como os de Ribeiro (2002), Manarin (2008), Batista (2016), Ueda e Geraldo (2020), apresentam registros e indícios sobre as experiências desses trabalhadores. O presente estudo pretende fazer uso de entrevistas com o foco em questões específicas identificadas nos Pedidos de Busca, de forma a construir um diálogo entre essas fontes. Aqui, portanto, pretendemos discutir questões como processo migratório, adaptação ao novo local de trabalho e cidade, sociabilidade com vizinhos e colegas, lazer.

A apresentação dos resultados deste estudo será feita neste trabalho a partir da seguinte organização dos capítulos: no primeiro apresentaremos as fontes utilizadas ao longo do trabalho, por quem foram criadas e em quais contextos, e o que pretendemos falar delas; no segundo, abordamos a questão migratória em torno do trabalho na Itaipu, qualificação dos trabalhadores, bem como alguns aspectos de sociabilidade interna; por último, trazemos algumas problemáticas do trabalho dentro da Usina, bem como aspectos de sociabilidade externa.

2 ENTRE PEDIDOS DE BUSCA E ENTREVISTAS: FONTES PARA CONHECER OS TRABALHADORES

Marceneiros, eletricitas, montadores, faxineiros, operadores de máquina, secretários, pedreiros, carpinteiros, assistentes, ajudantes... São algumas das funções desempenhadas por trabalhadores na construção da usina que mais produz energia no mundo, e estão aí apenas os “os”. Havia ainda uma boa porção de professoras, cozinheiras, secretárias, auxiliares, técnicas, dentre outras funções.

Uma diversidade de categorias de trabalhadores e trabalhadoras atuou em nome do progresso que a Itaipu traria. Curiosamente, todas essas pessoas e funções foram resumidas no termo “barrageiros”, com a exaltação do “homem de aço” que a empresa faz em sua narrativa².

A memória produzida por Itaipu marcadamente prioriza uma imagem de si e da relação com os trabalhadores de maneira homogeneizada, em detrimento das múltiplas vivências e trajetórias destes (MANARIN, 2008). Nela, exaltam-se os recordes que a construção atingiu e as transformações e desenvolvimento que levou à Foz do Iguaçu e região, pouco mencionando como tais recordes foram atingidos.

Os trabalhadores, suas relações, dificuldades ou reivindicações não são figuras centrais no discurso da empresa. Conforme mencionado, geralmente aparecem apenas sob o termo “barrageiro-homem de aço”, o que é criticado, entre outros, por Silva (2010) e Sessi (2015), por um entendimento de que a expressão desumaniza os trabalhadores ao esvaziá-los da condição de sujeito ao denominá-los de maneira genérica.

Sessi (2015, p. 36) aponta que o termo

(...) dada de forma unânime àqueles que trabalharam na construção da Usina de Itaipu, foi demasiadamente distorcida (...) Por meio da construção e da manutenção da figura fantasmagórica do barrageiro, foi possível tirar o foco do regime opressivo operado durante a construção.

O contexto ditatorial que viviam o Brasil e o Paraguai quando da construção da usina deram a essa e outras obras do período características próprias. Embora o controle exercido sobre trabalhadores seja uma prerrogativa do capitalismo, o momento histórico pode dar contornos distintos na maneira que isso é feito.

² Compreende-se como narrativa da empresa os discursos presentes nos materiais produzidos pela Itaipu Binacional, bem como o que aparece em seus espaços oficiais como o Espaço do Barrageiro e Ecomuseu de Itaipu.

No caso da Binacional, vemos em Sessi como a estrutura militar da ditadura foi transportada pro interior da construção. Excessivamente burocrática e hierarquizada, foi a estrutura militar que deu sustentação e poder à Itaipu. Sessi aponta ainda que as Agências de Segurança e a UNICON formavam um aparato de repressão que recaía sobre os trabalhadores.

Tal controle era pautado ainda na “ameaça comunista” que o regime militar temia. Como aponta Silva (2010), os trabalhadores eram tratados pelos órgãos de informações como seres incapazes de pensar, cujo controle era necessário para que não fossem alienados pelos ideais comunistas.

Nos compete neste trabalho a pergunta: quem, afinal, é o trabalhador da Usina Hidrelétrica de Itaipu? Entendendo a complexidade e subjetividade na pergunta, nos propomos a dividi-la em questões como: qual relação estabeleciam com a empresa, a família, os colegas? Quais cargos ocupavam? De onde vieram? Qual deslocamento fizeram para estar ali? Como ocorreu a adaptação ao trabalho e à cidade?

Tendo como abordagem a História Social do Trabalho, que trata a experiência dos trabalhadores tendo como objeto diferentes aspectos do mundo do trabalho (Petersen, 2011), viabilizamos a multiplicidade da discussão em torno das vivências e cotidiano comuns aos trabalhadores.

Assim, observar as origens e funções dos trabalhadores de Itaipu traz desdobramentos no sentido de pensar as experiências em comum dessas pessoas, como as regiões de origem, o processo migratório, o cotidiano no canteiro de obras e nas vilas de moradia. e como eles lidaram com essas experiências em termos culturais.³ Por fim, acreditamos que esses elementos podem contribuir para delinear os caminhos e as formas da construção de uma identidade desses homens e mulheres como trabalhadores, como classe trabalhadora.

2.1 PEDIDOS DE BUSCA

A análise dos Pedidos de Busca desenvolvida neste estudo é fruto da pesquisa realizada como Iniciação Científica e intitulada Memória e História nos Mundos

³ De acordo com Thompson (1987, p. 10), se a “experiência classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção” nas quais os homens estão inseridas, a consciência de classe, por sua vez, “é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”.

do Trabalho no sul da América Latina – migrações e fronteiras ao longo do século XX. A pesquisa de Iniciação foi realizada entre junho de 2020 a julho de 2022 e contou com uma bolsa da Fundação Araucária⁴. Tal pesquisa inicialmente pretendia buscar informações sobre questões como as regiões de origem, o processo migratório, as relações e condições de trabalho, o cotidiano nas vilas habitacionais.

As atividades da pesquisa foram organizadas da seguinte forma: leitura bibliográfica; levantamento, organização, tratamento e análise de fontes; organização dos resultados alcançados, escrita de relatório de pesquisa. Como o desenvolvimento desta pesquisa teve início em um momento complexo da pandemia de COVID-19, no qual muitas bibliotecas e arquivos se encontravam fechados para o atendimento ao público, a opção mais viável passou a ser a busca por fontes que pudessem ser acessadas de forma virtual.

A alternativa para a obtenção de fontes disponíveis para o acesso remoto foi encontrada no acervo disponibilizado pelo Arquivo Nacional, através da página *web* “Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)” ([Arquivo Nacional \(an.gov.br\)](http://arquivo.nacional.gov.br)). Após a efetivação do primeiro passo para pesquisar no SIAN, com a criação do cadastro do usuário, uma vez tendo acesso ao site, foram estabelecidos alguns procedimentos iniciais para buscar fontes sobre o tema do projeto. Inicialmente, elegemos a opção de “fundos/coleções - pesquisa simples”, onde pesquisamos palavras-chave como os termos “UNICON” e “Itaipu”.

O termo “UNICON” dá acesso a mais de 500 registros, não havendo sempre a informação prévia do que se trata cada um deles. Assim, foi preciso baixar vários arquivos *pdf* para posteriormente abri-los e selecionar as fontes aqui utilizadas. A quantidade de registros contribuiu também para a tendência em concentrar a busca em um consórcio específico do lado brasileiro da construção e mais voltado para as obras da construção civil.

Apesar disso, muitos dos documentos encontrados a partir desse termo chave, “UNICON”, também trazem dados de trabalhadores contratados pela Itaipu, pelo consórcio ITAMON ou ainda por algumas das outras empresas envolvidas nos trabalhos da construção da Usina ou na ampla gama de serviços que envolviam também as vilas habitacionais de Itaipu. Entre os diversos tipos de documentos relacionados ao consórcio de construtoras UNICON, identificamos um, em especial, que se referia aos

⁴ Entre 2020 e 2022 atuei como bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Araucária (CP20/2018-PPP) no projeto “Memória e História nos Mundos do Trabalho no sul da América Latina - migrações e fronteiras ao longo do século XX”, coordenado pela Profa. Dra. Endrica Geraldo.

trabalhadores e que parecia ter sido produzido com alguma frequência: os Pedidos de Busca (PB).

Expedidas pela Itaipu Binacional, através da Assessoria de Segurança, essas fontes foram produzidas no aparato de controle e repressão sobre os trabalhadores durante a ditadura (SILVA, 2010), com intuito de obter informações dos trabalhadores contratados diretamente pela Itaipu, ou por alguma das empresas dos consórcios da construção, que é o caso da UNICON.

Os pedidos são identificáveis através de um cabeçalho que indica serem “Pedido de Busca N°xxx”, ao qual se segue o número relativo. A página inicial de um pedido conta com os campos: data, assunto, origem, referência, difusão anterior, difusão e anexo (figura 1). Em seguida há um item denominado “Dados conhecidos”, em que há uma relação com nome, filiação, DLN, identidade, função e firma (figura 2). Esses pedidos podem trazer um único item (pessoa) a ser buscado (ou investigado), ou mais de um - nesses casos, há uma relação de “dados conhecidos” sobre cada uma das pessoas, em lista.

70.418.39, p.86 184

CONFIDENCIAL
ITAIPU BINACIONAL
ASSESSORIA DE SEGURANÇA
PEDIDO DE BUSCA N.º E/AESI.G/IB/BR/160/581/87.

1. Data	: 27. OUT 87
2. Assunto	: ADELINO FERNANDES ROCHA
3. Origem	: AESI/IB/BR
4. Referência	: -x-x-x-x-x-
5. Dif. Anterior:	-x-x-x-x-x-
6. Difusão	: SR/DPF/PR - CI/DPF - DPF/FI - CI/SESP/PR
7. Anexo	: -x-x-x-x-x-

Figura 1. Cabeçalho do pedido de busca.

1. DADOS CONHECIDOS			
1.1 Nome	:	ADELINO FERNANDES ROCHA	
Filiação	:	Francisco Fernandes Rocha Regina Fernandes Rocha	
DLN	:	12.07.43 IGUATU/CE	Idt: 4.234.876 SSP/SP
Função	:	AJUDANTE COZINHA	Firma: UNICON

Figura 2. Item “dados conhecidos” do pedido de busca.

Ao fim de cada Pedido, há o item “dados solicitados”. Todas as páginas são carimbadas como “confidencial”, e todas as páginas de um mesmo pedido são datadas e nelas localiza-se a numeração relativa - nem sempre encontramos um pedido completo em um mesmo arquivo pdf.

A data faz referência ao dia em que o pedido foi expedido; o assunto vem com o nome do primeiro trabalhador na lista que aparece em seguida; origem é de onde o pedido está saindo; referência, difusão anterior e anexo nem sempre são preenchidos; e difusão é para onde o pedido está sendo encaminhado.

Os Pedidos de Busca contém os dados conhecidos dos trabalhadores de quem se pretendia solicitar mais informações, a partir do que era obtido na ficha de contratação e nos informes de agentes em campo ou ligados à repressão (SESSI, 2015). A princípio tratava-se de uma verificação geral que recaia sobre todos os trabalhadores, podendo se estender posteriormente caso alguma informação encontrada sobre o trabalhador indicasse atividades consideradas subversivas ou suspeitas para o regime militar (SILVA, 2010).

Esses pedidos eram encaminhados para setores diferentes a depender da origem de trabalho do funcionário de quem se pretendia obter informação. Quando se tratava de alguém lotado no serviço público, eram difundidos para a agência de informação da referida empresa pública visto que

(...) as empresas públicas possuíam as respectivas Agências de Informação porque estavam vinculadas a um ministério civil. Todos os ministérios possuíam sua Divisão de Segurança e Informação (DSI), que, por seu turno, vinculavam-se automaticamente ao Sistema Nacional de Informações (SISNI). (SESSI, 2015, p. 114)

Não tratando-se de funcionário público, os pedidos eram encaminhados a órgãos como o DOPS, SNI e Departamento de Polícia Federal. Onde

“cada instituição fica com sua lista para checar e depois emitir parecer acerca da vida pregressa dos trabalhadores de onde se originou a solicitação” (SESSI, 2015, p. 242). Outra variação ainda que encontramos são os Pedidos de Busca encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores - em grande parte sobre trabalhadores estrangeiros, apesar de também aparecerem pedidos para o MRE sobre brasileiros.

Dentre os materiais identificados no Arquivo Nacional ao longo dessa pesquisa, reconhecemos e selecionamos 16 arquivos de Pedidos de Busca (alguns ainda contendo respostas aos pedidos)⁵. Em sua maioria os pedidos eram de 1987, mas encontramos datação a partir de 1976, sendo que os da década de 70 eram em maior número a respeito de funcionários estrangeiros.

Para trabalhar os dados presentes nos pedidos, optou-se pela criação e alimentação de uma planilha relacionando os termos: nome, cidade, estado, profissão, empresa e as referências necessárias à qual arquivo tais informações estão presentes. Tais dados foram escolhidos com o objetivo de ampliar a compreensão sobre quem eram esses trabalhadores, tendo em vista que não são informações de fácil acesso. Essa planilha foi dividida ainda em três partes: a primeira contém os pedidos que só tratavam de trabalhadores brasileiros, a segunda contém os pedidos expedidos ao MRE (onde aparecem tanto brasileiros quanto estrangeiros) e na terceira foi criada uma relação das mulheres presentes em ambas planilhas anteriormente mencionadas.

Vale a pena destacar que esse tipo de levantamento aparentemente ainda não foi realizado, e certamente constitui um trabalho que extrapola as condições de uma pesquisa de Iniciação Científica e de um Trabalho de Conclusão de Curso. Também identificamos que em trabalhos que antecedem a este, os dados referentes a trabalhadores são provenientes de estatísticas difundidas pela Itaipu. Não colocando em cheque a veracidade destes, nos preocupamos em como aparecem: dentro de uma narrativa construída para evidenciar as grandes dimensões da obra, sem um olhar diretamente ao sujeito, ou empregando o termo genérico “barrageiro” para todos os funcionários a quem se refere. Por fim, quando procurada a respeito desse tipo de dados sobre os trabalhadores, a Itaipu responde que não dispõe desse tipo de informação pelo fato de que a grande maioria não foi contratada pela Binacional e sim por consórcios e terceirizadas.⁶

⁵ Os dados que trazemos dos Pedidos de Busca são, portanto, referentes a essa quantidade total de Pedidos analisados.

⁶ Durante a pesquisa de Iniciação Científica de Lucas Fernando da Silva Nogueira, sob orientação da Profa. Dra. Endrica Geraldo e intitulada “Trabalhadores na construção da Hidrelétrica de Itaipu”, o Sistema de

A catalogação dos dados obtidos nos Pedidos de Busca em uma planilha possibilita observar outros aspectos dos mundos do trabalho ali presentes de forma independente com relação às informações e documentação fornecidos ou disponibilizados pela Binacional.

Nos pedidos da primeira planilha, sobre trabalhadores brasileiros, encontramos 364 funcionários, exercendo mais de 170 funções diversas, entre vigilantes, professores, engenheiros, garçons, médicos, montadores, auxiliares de serviços, motoristas, cabeleireiro... profissões não necessariamente exercidas dentro do canteiro de obras.

Desses trabalhadores, a maioria é da região sul (67,5%), estando em evidência os de origem paranaense, que são 50% do total. A outra região com mais origens em comum aos trabalhadores é a sudeste, que representa 21,4%. Observamos então que há uma incidência de fluxo intenso nos estados próximos e no interior do Paraná; no entanto, há uma pluralidade ainda maior visto que aparecem 16 unidades federativas nos Pedidos.

Tal pluralidade também entra em evidência ao analisarmos os Pedidos da segunda planilha, expedidos ao MRE. Em 05 Pedidos, encontramos uma lista de 208 pessoas, das quais 36 são brasileiras, mas as demais possuem origens de nacionalidade que passam pelos continentes asiático, africano e americano: identificamos 26 países, onde destaca-se que a maior parte, 45,3%, são da América Latina. Os dados da América Latina chamam atenção ainda para o fato de que tais trabalhadores eram principalmente argentinos.

Ao desdobrar a pesquisa para a terceira planilha, que relaciona as mulheres presentes nas planilhas anteriores, constatamos que estas representavam pouco mais de 10% do conjunto de trabalhadores, eram 64 em um total de 572. De maneira expressiva, essas mulheres eram contratadas indiretamente pela Itaipu, através do Colégio Anglo-Americano, para desempenhar o cargo de professoras. Mas exerciam também as funções de escriturária, auxiliar de escritório, dentista, zeladora, copeira, médica.

Os pedidos expedidos ao MRE permitem uma análise mais ampla por trazerem mais dados sobre os trabalhadores. Como mencionado anteriormente, há

Ouvidoria-Geral de Itaipu respondeu ao discente que “Nesse cenário, não é possível à ITAIPU fornecer dados de todos os trabalhadores que atuaram na construção da usina no período citado, mas apenas dos empregados que pertenciam ao quadro próprio da entidade.” Sistema de Ouvidoria Geral da Itaipu Binacional - Protocolo 3852332.

pedidos que são uma lista sem anexo da ficha de contratação, o que não ocorre nos pedidos que encontramos expedidos ao MRE, geralmente acompanhados do anexo com a ficha de contratação do trabalhador.

Das razões para envio a tal Ministério, encontramos pedidos de renovação de passaporte para funcionários que precisam se deslocar em serviço⁷; de brasileiro que havia residido no exterior⁸; e de funcionário que possivelmente havia trabalhado antes no MRE⁹.

Especificamente nos pedidos enviados ao MRE podemos observar, por exemplo, se o funcionário é casado e em caso afirmativo é possível encontrar o nome do cônjuge e buscar ainda se o mesmo também aparece em algum pedido. É o caso de Francisco Alberto Hoyes e Maria Fatima Diaz de Hoyes, marido e mulher argentinos empregados pela UNICON em 1976.¹⁰

Outro tipo de informação rastreável nos pedidos ao MRE diz respeito à origem e migração do trabalhador. As fichas de contratação trazem os últimos empregos e residências do funcionário, podendo ser observado se este já residia no Brasil, se desempenhava funções similares à que estava sendo contratado ou mesmo se aparecem outras obras de barragens ali.

Em sua maioria, os Pedidos, sejam expedidos ao MRE ou não, não apresentam urgência para obter resposta ou não apontam haver algo de “extraordinário” ou de “subversivo” nos dados conhecidos dos trabalhadores, que são indicativos do caráter rotineiro dos Pedidos.

Conforme demonstrado na figura 03, em uma das respostas encontradas, por exemplo, diz-se que “os nominados no pedido de busca da referência não possuem registros nos arquivos deste órgão de informações”. Outro tipo de resposta que encontramos também informa que “nada consta sobre os nominados”.

⁷ Pedido de busca “BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.769”.

⁸ Pedido de busca “BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.769”.

⁹ Pedido de busca “BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.855”.

¹⁰ Pedido de busca “BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PTN.208”.

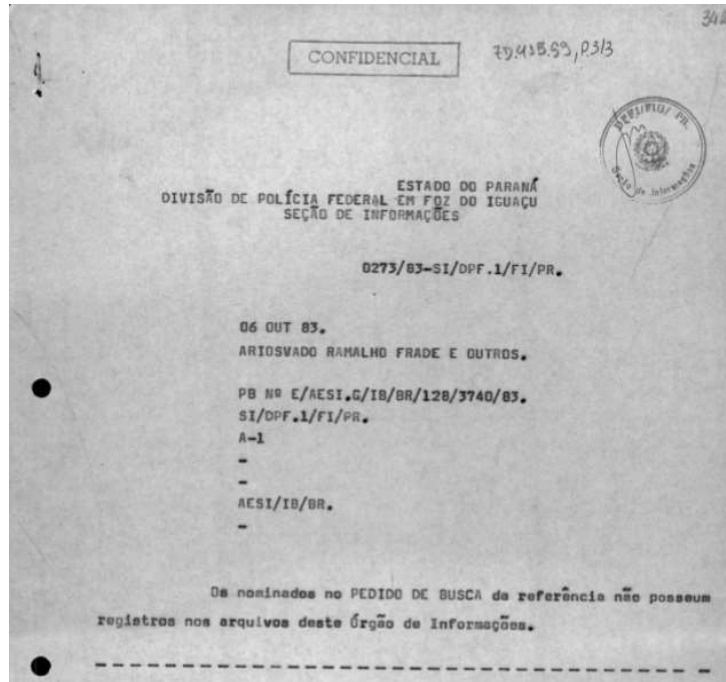


Figura 3. Resposta de pedido de busca.

No entanto, há casos como o de Bruno Salinas Miles, sem anexo da ficha de contratação ou currículo, em cujos dados conhecidos há “Pela informação de referência, consta, sobre o sindicato, registro de antecedentes criminais, tendo cumprido pena por homicídio”¹¹.

Encontramos também documentos difundidos à AESI Itaipu que tratam de funcionários que possuíam ligações com o movimento estudantil, infrações, informações sobre ligação com campanhas do MDB, inquéritos¹². Muito provavelmente, esse era o tipo de resposta que despertava a atenção dos consórcios e dos sistemas de segurança atuantes na construção da Usina. O objetivo parece ser o de evitar a contratação, realizar a dispensa ou colocar sob observação os trabalhadores que possuíssem qualquer registro de atividade política ou sindical. Qualquer indício de experiência ou comportamento interpretado como “subversivo” pelos sistemas de segurança dos consórcios ou da Binacional estaria sob vigilância e controle atentos. Vale a pena destacar ainda que vários dos Pedidos de Busca identificados nesta pesquisa foram produzidos não apenas durante a ditadura militar mas também no período de redemocratização.

¹¹ Pedido de busca “BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.746”.

¹² Pedido de busca “BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.769”.

2.1 ENTREVISTAS

De maneira corrente, nossa historiografia prioriza o uso de documentos oficiais como fontes. Tais documentos são, em geral, escritos. Ao considerar as relações de poder implicadas na construção desses documentos, entendendo que são produzidas e manejadas pelas classes dominantes de poder, compreende-se que possuem, nesse sentido, uma limitação.

Fontes produzidas por outras classes sociais, por sua vez, pouco figuravam na escrita da história antes da consolidação da história oral. Comprometida em “dar voz aos excluídos e subalternizados” (FERREIRA, 1998, p.19), é a partir dos anos 70 que começa a ser sistematizada no Brasil.

Paralela à consolidação da história oral veio a da história social

A História Oral, tanto como uma metodologia de pesquisa, quanto como uma prática de campo, parecia fazer o casamento perfeito com a história do trabalho. Seria o método adequado para trazer à tona as “pessoas esquecidas da história” e revelar experiências históricas que dificilmente apareceriam em outras fontes. (FONTES, 2020, p.81)

Se a história social aborda as relações de trabalho e trabalhadores e o mundo além do espaço de trabalho, conforme leitura em Petersen (2011), a abordagem feita desses temas é que vai enquadrá-la dentro do campo da História Social. Assim, a história oral e social estão, uma na outra, imbricadas na consolidação de ambas - de compromissos que caminham concomitantemente, alinha-se essas ferramentas de pesquisa e percepção da história.

Deste modo, utilizamos de entrevistas feitas com antigos trabalhadores que participaram do processo de construção da Itaipu para uma compreensão mais ampla das questões pontuadas neste trabalho. Se os pedidos informam dados sobre a migração, por exemplo, fica o questionamento de como isso ocorreu, quais desdobramentos teve, aspectos que na entrevista podem aparecer. As entrevistas a serem analisadas neste estudo fazem parte do acervo vinculado ao Projeto de Extensão “Memórias Subterrâneas: produção de acervo e espaços de diálogo sobre cotidiano, violência e resistência dos trabalhadores de Foz do Iguaçu”¹³.

¹³ Projeto de Extensão da UNILA criado em 2019, com a coordenação dos professores Endrica Geraldo, Ana Rita Uhle e Tiago Bonato, no qual participei entre 2019 e 2022. Fui ainda bolsista no primeiro ano de existência do projeto e participei ativamente das atividades de formação de acervo e da realização das entrevistas aqui utilizadas.

Das entrevistas atualmente disponíveis no acervo, serão analisadas, diretamente, as do Sr. Adenival, D. Joana e Sr. Geraldo (utilizarei aqui apenas o primeiro nome dos entrevistados)¹⁴; e de maneira indireta, traremos aspectos gerais presentes em uma conversa coletiva com antigos trabalhadores realizada no Centro Comunitário da Vila C. Tanto as entrevistas dos Srs. Adenival e Geraldo quanto a roda de conversa foram realizadas em 2019, a entrevista de D. Joana em 2021.

Realizadas a partir de um roteiro semiestruturado, que consiste em ter perguntas iniciais/norteadoras, tais como: “de onde veio?”, “como você/sua família ficaram sabendo da construção da usina?”, “como foi a mudança para Foz do Iguaçu”, mas que permitem um diálogo onde tanto o entrevistado pode falar além daquilo que foi diretamente perguntado, quanto há espaço para o entrevistador fazer perguntas que não estavam previamente no roteiro, a partir das respostas que surgem no momento da entrevista.

A migração, tendo como fator motivador a busca do trabalho nas obras em torno da construção da Itaipu, é um dos elementos mais recorrentes nas entrevistas. Vale aqui destacar que, como um dos itens presentes nos Pedidos de Busca se refere ao local de origem dos trabalhadores, tanto a origem quanto o processo migratório foram pensados como uma possibilidade de relacionar os dois tipos de fontes.

A partir das entrevistas analisadas, é possível perceber como muitos trabalhadores se deslocaram a Foz do Iguaçu com o apoio de algum conhecido que também já tinha ido para a cidade e conseguido o emprego. As notícias por rádio e televisão também aparecem como propulsoras desse acontecimento.

Também comum são os homens, quando já possuíam núcleo familiar, deslocarem-se sozinhos na busca do emprego. Posteriormente, tendo conseguido o emprego e uma moradia, seu núcleo familiar viajava para a nova residência. Isto não quer dizer, entretanto, que o restante da família não trabalhasse: pelo contrário, em famílias maiores, principalmente, era comum que outros membros buscassem emprego.

Curiosamente, o salário e os benefícios trabalhistas que a Itaipu ofertava aparecem, geralmente, no contexto das entrevistas de maneira positiva; junto ao fato de que horas extras eram sempre requisitadas e cumpridas. De maneira geral, os antigos trabalhadores traziam recordações de um trabalho exaustivo, mas que se fazia necessário em vista da magnitude do que a usina viria a representar e representa, e das

¹⁴ A seleção das entrevistas para uso neste trabalho, dentre as disponíveis no acervo da Extensão, foi feita tendo em vista que foram estas as que a orientanda analisou por mais tempo, estando presente em sua realização e/ou transcrição.

próprias necessidades básicas de alimentação, moradia e lazer. Em especial em razão das horas extras, os valores dos pagamentos parecem ter sido considerados um importante atrativo para esses indivíduos.

Tendo em conta a migração, nas entrevistas exploramos ainda a relação com a nova cidade, novos vizinhos. Nesses relatos, o tempo de adaptação aos novos ambientes não parece conformar uma problemática pois comumente falam que não foi difícil, apesar do intenso trabalho.

Com os vizinhos, verifica-se uma relação pacífica. Destacam que a estrutura das casas na vila de moradores¹⁵ era de paredes finas e de área externa sem muros ou grades, o que provocava uma proximidade, mesmo não requerida, com os vizinhos. Observa-se que a vizinhança muitas vezes acabava tornando-se uma nova família na nova cidade, e que os laços permaneceram após a saída da empresa para os que continuaram residindo na vila.

Outro ponto que surge nas entrevistas é a vivência em comum dentro da vila. Ao passo que os filhos acessavam a mesma escola, os pais frequentavam os mesmos bailes, bares, festas, os homens jogavam bola juntos, e a família encontrava-se nos festejos que ocorriam no centro comunitário.

Em síntese, a história oral concerne ao propósito de conhecimento da vida cotidiana dos trabalhadores e de seus núcleos familiares a partir do que estes estão descrevendo. Com isto, as questões de migração, adaptação e sociabilidade, que pretendemos explorar mais nos capítulos seguintes, saem do campo da teorização a partir da fonte escrita e ganham contornos variados, contribuindo para uma pesquisa com mais especificidades.

¹⁵ A Itaipu mantinha três vilas distintas para os trabalhadores. São vilas A, B, C (atuais bairros Itaipu A, Itaipu B, Itaipu C). Estas eram habitadas conforme uma divisão prévia de funções desempenhadas na empresa. No geral, entrevistamos antigos trabalhadores que residem na Vila C, que era destinada aos funcionários de menor escalão.

3 ORIGEM E PROCESSO MIGRATÓRIO: NOVO TRABALHO, NOVO DESTINO

Na década de 1970 o contingente populacional de Foz do Iguaçu era de quase 34.000 habitantes, tendo um salto para aproximadamente 136.000 na década seguinte¹⁶. Os números acompanham a implementação da obra de Itaipu, onde muitos dos trabalhadores estavam migrando, seja do serviço em outras barragens ou de zonas rurais, ou de outros países, em busca de emprego na usina.

No Brasil, as notícias da construção chegavam através de alguém que já residia em Foz, de propagandas em rádios e tvs, de agenciadores. A admissão, por sua vez, era mais simples para os que eram buscados em outras obras em finalização por meio dos agenciadores. Também ocorriam no caso de um deslocamento por conta própria (SESSI, 2015), o que poderia demorar um pouco mais.

No caso do Sr. Geraldo, a contratação levou uma espera de mais de um mês, indo repetidamente ao local onde poderia ser chamado.

Fichei, tive bastante dificuldade, o encarregado naquele tempo queria fazer nome e tal, mas com a graça de Deus e a paciência consegui, fichei. (...) Esse calor... na base de 37-38 graus, no relento do sol lá, poeira (...) eu voltei lá no escritório, eu digo “eu vou voltar, eu vou embora”, mas eu já tava sem dinheiro, já tava um mês e pouco ali. (GERALDO, 2019)

Oriundo de Soledade/RS, Geraldo foi um entre tantos que decidiu “tentar a sorte” na Itaipu. Seu histórico de trabalho vem primeiro da lavoura, passando por aprendiz de mecânico e posteriormente motorista (função que possui registro em carteira de 1969 a 1974), cargo para o qual foi contratado pela CAEEB em 1975.

Sabendo por propaganda da construção de Itaipu, casado e com um filho, ele se deslocou sozinho para conseguir a vaga. Possuía irmã residente em Foz, na casa de quem ficou hospedado. Através da sua fala supracitada, constata-se que houve um tempo de espera razoável, onde a atuação climática acentuada, característica de Foz do Iguaçu, dificultou para ele o processo.

Quando menciona que o encarregado “queria fazer nome”, deixa subentendido que a espera a qual foi submetido foi proposital. Ao continuar a narração, indica que fez reclamação com um superior do encarregado que, por sua vez, teria mandado um bilhete por meio do Sr. Geraldo para que o encarregado o testasse e que ao retornar ao local de testes falou ao encarregado:

¹⁶ Dados disponíveis no site IBGE, através do link: <[Foz do Iguaçu, população](#)>, acesso em 27 jun. 2022.

o senhor não me chamou esses três dias, cansei, fui entregar o bilhete pra fazer o teste, que o senhor não fez, pra mim voltar pra minha região, aí o doutor Pedro Cotrim me deu esse bilhete pra mim vir aqui, saber o que é que tá havendo que você não fez o teste. Aí esse homem mudou de cor... (GERALDO, 2019)

Isto é mais um indicativo da espera proposital. Dá margem também a uma interpretação de que este seja um ambiente de trabalho hostil, ao menos com novos empregados.

Outro caso de quem foi para a Itaipu por conta própria foi o do pai da entrevistada Joana. Trabalhador de corte de cana em Porecatu/PR, D. Joana narra que a família desconhecia a realidade da cidade antes de se mudar, que só tinham algum conhecimento, por ouvir, sobre as Cataratas, a construção da usina e a fronteira com o Paraguai. Seu pai conseguiu emprego como ajudante de serviços gerais em 1979, com auxílio e estímulo do genro.

Assim como o Sr. Geraldo, ele deslocou-se deixando o núcleo familiar na cidade de origem, retornando para buscá-los após a efetivação do emprego, conforme explicado por Joana (2019): “O pai veio na frente (...) assim que ele adquiriu a casa ele nos trouxe e já colocou na escola”.

O sr. Adenival (natural de Munhuaçu/MG), por sua vez, possuía um amigo que havia ido para Foz do Iguaçu e que o convidou para ir lá em 1975. Residente em Assis Chateaubriand, a quase 200km de Foz, primeiro foi à cidade para visitar o amigo, onde não conseguiu encontrá-lo e conheceu sozinho as Cataratas.

Ele relata que não possuía muito estudo e que o futuro trabalhando na roça “não tava mais dando.. para quem não tem terra é muito difícil”. Essa falta de perspectiva na lavoura também aparece no discurso do Sr. Geraldo, que primeiro trabalhava no campo mas cujo futuro parecia mais incerto à época do que ter uma profissão urbana.

Diferente dos relatos das pessoas anteriores, o Sr. Adenival ficou em um alojamento quando chegou em Foz; nota-se aqui que ele não era casado ainda, e que havia essa divisão entre os alojados (costumeiramente solteiros) e os que residiam nas casas (cujo núcleo familiar havia se mudado também para a cidade). Sua experiência ali demonstra ser um ambiente inseguro, discrepante da vivência na vila, pois diz que “Se tivesse algum dinheiro, alguma coisa, andasse com ele no bolso que poderia sumir. Não tinha ali uma segurança para a gente” (ADENIVAL, 2019).

Ele relata que muitas pessoas estavam se deslocando de São Paulo através de um agenciamento em que “conta uma façanha pro trabalhador, promete um monte de coisa pra ele e chega lá num cumpre”, ou seja, um agenciamento fraudulento, enganoso. Em seu caso particular, não passou por isso e conseguir um emprego não foi tão demorado quanto para o Sr. Geraldo. No entanto, trabalhava a princípio em outra obra da construção civil, indo para a Unicon somente em 1977.

Quando vai para a obra da Itaipu, menciona que foi algo assustador, pela dimensão que a obra possuía e que pensou até em recuar do emprego devido a esse fator. Em suas palavras: "tudo é monstruoso lá né, por exemplo, aquele tempo tava fazendo o desvio do rio ali, cê olhava lá de cima os cara parecia formiga lá embaixo, tudo os cara era pequenininho, era horroroso aquilo ali, sabe”.

Esse impacto pode ter sido gerado, em parte, pelo fato de que o Sr. Adenival não possuía experiência em outras obras de barragem. Mas trata-se de uma reação generalizada a todos que estiveram presentes nessa construção, e aos que visitam-na. As dimensões da hidrelétrica são um aspecto recorrente quando está em tema, sendo também um dos elementos que mais aparece no discurso da empresa - em detrimento das condições de trabalho (MANARIN, 2008).

As impressões até aqui colocadas tratam das experiências relativas à migração brasileira, cujos dados quantitativos foram apresentados com a catalogação dos pedidos de busca no capítulo anterior. Quanto aos trabalhadores estrangeiros, a análise parte mais uma vez dos pedidos, uma vez que não há entrevistas para dimensionar.

Verifica-se que havia imigrantes cujo primeiro emprego no Brasil era na Itaipu, sendo que não residiam no país até então, e os que já eram residentes. Os Pedidos enviados ao MRE possuíam em anexo a ficha de contratação do funcionário, onde tais informações estão presentes. Para observar se o trabalhador já residia no Brasil ou não, observa-se os campos “Residência atual” e “Residências anteriores”.

Os trabalhadores cuja residência atual era um hotel, em geral possuía como residências anteriores endereços de outros países (a exemplo da figura 04). Alguns possuíam como residência atual um hotel, mas em residência anterior possuía endereço do Brasil; o que indica tratar-se de uma migração a Foz partindo de outra cidade do Brasil.

Destaca-se também na análise os campos: “escolas e universidades que frequentou” e “atividades que exerceu”. A partir destas, percebemos que a maioria dos estrangeiros que ainda não residiam no Brasil contavam com escolaridade e experiência condizentes à área que estavam atuando na Itaipu.

Walter Damin Castera Forni (figura 04), com experiências em: operador de cabo aéreo, sub encarregado de serviços de manutenção e encarregado de seção de máquinas operatrizes; possuía escola primária e 1º e 2º ano da escola secundária; na Itaipu estava sendo contratado também como encarregado de máquinas operatrizes.

NICON		FICHA CONFIDENCIAL INDIVIDUAL		DATA 13/12/77		
DADOS PRINCIPAIS	1	NOME Walter Damin Castera Forni		Ref. nº 15897		
	2	DLN 12.04.46	CIDADE Salto	ESTADO Salto	PAIS Uruguay	
	3	FILIAÇÃO Pedro Clober Castera e Gloria Aida Forni				
	4	IDENTIDADE Nº 1.956.788	ORGAO EXPEDIDOR DNEC	ESTADO Montevideo	DATA 01.11.77	
		TITULO ELEITORAL Nº	ZONA	ESTADO	DATA	
	5	CARGO Encarregado de Seção de Máquinas Operatrizes	CR = PE			
		CERTIFICADO DE RESERVISTA Nº	SERIE	CATEGORIA	RESERVA MILITAR	
	6	CIDADE	ESTADO	PAIS	POSTO DE GRADUAÇÃO	
	7	RESIDÊNCIA ATUAL Hotel 15 de Julho (Aguard. Aloj.)	BARRIO Centro	TELEFONE		
CIDADE Fz do Iguaçu		ESTADO Paraná				
8	ESTADO ONDE RESIDE OU TRABALHA (CERCA APROXIMADAS) (46-77) Uruguay (77)PR.					
9	REFERÊNCIAS BANCARIAS		REFERÊNCIAS COMERCIAIS			
DADOS COMPLEMENTARES	RESIDÊNCIAS ANTERIORES (TRES ULTIMOS ENDEREÇOS COMPLETOS)					
	10	O candidato sempre residiu no endereço abaixo citado. (Rua) Rosse Pedro Varela, nº 1778 - Salto - Uruguay.				
	ESCOLAS E UNIVERSIDADES QUE FREQUENTOU (NOME E DATAS)					
	11	Escola Primária nº 45 - Salto - Uruguay (52-60) 1º/6º Ano Primário. e Nesta Escola de (61-62) 1º/2º Ano Secundário.				
	ATIVIDADES QUE EXERCEM					
12	Operador de Cabo Aéreo, Sub. Encarregado de Serviços de Manutenção Encarregado de Seção de Máquinas Operatrizes.					
13	ESTADO CIVIL Casado	CONJUGE Lidia do Rosário Ferreira				
TERMO DE RESPONSABILIDADE						
DECLARO, SOB MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE, SEREM EXATAS E VERDADEIRAS TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE FORMULÁRIO						
Walter Damin Castera Forni ASSINATURA DO CANDIDATO				13/12/77 DATA		

560.400.014

DPN. PES. 855, p. 2/75

Figura 4. Ficha Individual anexada ao Pedido de Busca.

Todavia, há trabalhadores que possuíam qualificação e não eram empregados em suas áreas, como o caso de Carlos Pires (figura 05): engenheiro civil, com experiência, foi admitido na Unicon como Assistente Técnico I.

CONFIDENCIAL

DADOS PRINCIPAIS	1	NOME CARLOS ALBERTO MARTINS PIRES		Ref. nº	
	2	DATA 05-08-48	LUGAR Anadia	ESTADO Prov. Aveiro	
	3	FILIAÇÃO Francisco Pires dos Reis e Eugénia Martins da Costa			
	4	IDENTIFICAÇÃO Nº 1.776.289	GRUPO EXPEDIENTE Dep. Pol. Federal	ESTADO IR	DATA 25-01-77
	5	TÍTULO ELEITORAL Nº	ZONA	ESTADO	DATA
	6	CARTEIRA PROFISSIONAL 67.634	SÉRIE 457	ESTADO SF	C.P.F. Nº 284.637.819/34
	7	CARGO Assistente Técnico I			
	8	EMPREGADOR UNICON - UNIDADE DE SERVIÇOS PRIVADOS			
	9	CIDADE	ESTADO	PAÍS	POSTO DE TRABALHO
	10	RESIDÊNCIA ATUAL Av. Iguaçu - 566	BARRIO Vila Yolanda	TELEFONO	
DADOS COMPLEMENTARES	11	RESIDÊNCIAS ANTERIORES (LUGAR, DATA, ESTADO, PAÍS, PERÍODO)			
	12	ESCOLAS E UNIVERSIDADES QUE FREQUENTOU (NOME E DATA)			
	13	Instituto Tecnológico de Nova Lisboa - Angola (66-70) 12/52 de Engenharia Civil - (Superior Completo)			
	14	ATIVIDADES QUE EXERCEU			
	15	Calculista - Estagiário - Engenheiro			
	16	ESTADO CIVIL Casado	CONJUGUE Flora Maria Mencia de Almeida Pires (01 filho)		
	TERMO DE RESPONSABILIDADE				
	DECLARO, SOB MINHA INTEIRA RESPONSABILIDADE, SEREM EXATAS E VERDADEIRAS TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESTE FORMULÁRIO				
	ASSINATURA DO INTERESSADO <i>Carlos Alberto Martins Pires</i>				DATA 15, 02, 78

CONFIDENCIAL

DEN. PES. 855/p 88/75

Figura 5. Ficha Individual anexada a Pedido de Busca.

Nota-se ainda, nos Pedidos sobre trabalhadores estrangeiros, que não aparecem dados sobre a outra ponta dessa construção, o Paraguai. Conforme mencionado no capítulo anterior, figuram 26 países nos pedidos enviados ao MRE, dos quais a Argentina é o que mais vezes aparece. Por outro lado, quando os antigos trabalhadores brasileiros foram inquiridos nas entrevistas sobre as relações com estrangeiros, a relação com os paraguaios entra em evidência.

Em conjunto com a construção da usina e as Cataratas, o Paraguai é uma das poucas coisas que dizem saber relacionado à Foz antes de chegarem na cidade. Para alguns a preconceção dada era a de um local perigoso, o que aparece em evidência no que o Sr. Geraldo ouviu do antigo patrão ao informá-lo que sairia do emprego para tentar na Itaipu: “Não jovem, não vá, lá é um lugar muito perigoso, negócio de Paraguai, bandido daqui e de outros estados foge daqui pra lá, não vai pra lá que é muito perigoso”.

Já no ambiente de trabalho efetivamente, os paraguaios são frequentemente vistos como preguiçosos, algo associado à tradição guarani do uso de erva mate (os relatos que os brasileiros trazem de certo incômodo sobre o trabalho dos paraguaios diz respeito a, entre um serviço e outro, haver pausa para consumo do tereré).

Essa concepção está atrelada a um imaginário mais amplo do que essa relação entre funcionários de um mesmo setor. Vem desde os setores superiores o recado “ô Geraldo, o índio paraguaio não gosta tanto de trabalhar, trabalhar não é com eles, tenha paciência, tem que ensinar eles trabalhar” (GERALDO, 2019). No que está inculcado ao discurso uma concepção racista para com a descendência indígena dos paraguaios.

Além dessas problemáticas, a relação entre os trabalhadores de ambas nacionalidades possuía outras nuances, como a troca de conhecimentos linguísticos. O sr. Geraldo, por exemplo, guarda cópias de materiais¹⁷ tanto em espanhol quanto em guarani, que diz ter aprendido o básico para melhor se comunicar. Ressalte-se que esses encontros culturais ocorriam não só em território brasileiro, visto que um contingente de trabalhadores circulava em ambas as margens. Ademais, há casos de brasileiros que iam morar nas vilas e alojamentos do Paraguai.

Dos contatos culturais diversos, destaca-se ainda, voltando a um contexto interno, o convívio entre pessoas das 5 regiões do Brasil. Como mencionado no capítulo anterior, o levantamento feito nos pedidos de busca nos dão uma estimativa da presença de 16 unidades federativas do país entre os trabalhadores.

Nas três entrevistas aqui apresentadas os dados de origem são do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná. Sendo que o Sr. Adenival, natural de MG, residia em Assis Chateaubriand/PR; e o Sr. Geraldo residia em Santa Catarina no momento que migrou para Foz.

¹⁷ Em razão de também ter trabalhado com xerox na Itaipu, ele tinha guardado materiais da época, os quais disponibilizou, em scanner, para o acervo da Extensão Memórias Subterrâneas.

Embora não possamos afirmar na totalidade, observa-se nessas entrevistas uma associação entre local de origem e identificação do trabalhador que vai marcar como ele se vincula ao outro.

O Sr. Geraldo, homem sulista, no início de sua apresentação rememora que “meu pai é filho de imigrantes que veio da Alemanha, minha mãe tinha procedência de bastante sangue de indígena” (GERALDO, 2019). Não alongando a discussão em torno de como a fala é construída, vale evocar aqui que a região sul do país, juntamente com a região sudeste, recebeu massivamente estrangeiros que imigraram ao Brasil nos sécs. XIX e XX; e no sul, ligado a um apagamento de outras culturas, a etnicidade projetada pela população exalta a proximidade com grupos europeus.

Isto para dizer que ao falar dos trabalhadores de outros locais, o Sr. Geraldo traz à tona a imigração europeia e asiática como questões, mas não menciona colegas de outros estados como fator relevante. Pode ser que estes colegas descendentes de imigrantes fossem de outros estados, mas para ele destacava-se mais o ponto em comum em torno da descendência como é comum à região sul.

O sr. Adenival, mineiro, por outro lado, não menciona trabalhadores de outras nacionalidades quando questionado da diversidade de pessoas. Por sua vez, chama atenção para a presença de nordestinos nas obras civis: “Naquela época eu lembro tinha gente do Piauí, é... Maranhão, paraibano, pernambucano, tinha todo tipo”. Fala também que para ele era difícil a convivência, sobretudo quando chega e vai para alojamento, preferindo sair e pagar aluguel.

Em adição à falta de segurança nos alojamentos anteriormente mencionada, o Sr. Adenival atribui essa difícil convivência a uma deficiência em sua formação, alegando que “A gente que é um matuto né, criado no mato, então não tem muita, não tinha experiência nenhuma. De convivência com as pessoas né. Bem difícil no começo” (ADENIVAL, 2019). No entanto, depois se corrige dizendo que com os nordestinos ele tinha facilidade em criar vínculos de amizade.

Em geral, não há queixa dos antigos trabalhadores quanto a grandes discordâncias entre colegas. O Sr. Adenival, cuja fala e trajetória expressam a preocupação com as formas de organização e as lutas trabalhistas¹⁸, pensa que “produziam os miseráveis trabalhadores, produziam junto”; onde miseráveis, em sua fala,

¹⁸ Considerando aqui a classe como fenômeno histórico em Thompson (1987), com a noção de identidade criada a partir da vivência na experiência de trabalho, gerando o grupo de interesses em comum e em oposição aos interesses de outro grupo.

estava em contraponto aos que administravam, às empresas; e onde observa-se esse trabalho em comum como elo, se sobrepondo à possíveis diferenças.

Há ainda falas sobre a rigidez dos guardas, sobre a cobrança no ritmo e tempo de execução da tarefa, sobre uma carga horária exaustiva (que abordaremos mais no próximo capítulo). Tais fatores implicam mesmo nessas relações, pois a necessidade de cumprir ordens estritas em um tempo curto, minimiza o contato humano dentro do trabalho.

4 VIVÊNCIAS E O TEMPO DE TRABALHO

O termo barrageiro parece que serviu para dar uma qualificação generalizada a todos, durante e após a construção. Até mesmo àqueles que, segundo os depoimentos, vinham sem ter nunca saído do ramo da agricultura, ou seja, seus primeiros contatos com a construção civil foram no Canteiro de Obras de Itaipu. (SESSI, 2015, p.36)

A proposição de Sessi é aqui resgatada tendo em vista como os dados apontados nos capítulos anteriores indicam este mesmo caminho: a de uma realidade trabalhista bem diversa ao que foi generalizado como barrageiro. Outrossim, neste capítulo abordaremos mais evidências que confirmam isto, bem como problematizam algumas questões de trabalho dentro da usina, além dos aspectos de sociabilidade tanto em serviço quanto fora.

Conforme trouxemos no primeiro capítulo, a diversidade de ofícios admitidos na obra é extensa (a partir dos dados do PB são mais de 170), além de que nem todos eram prestados dentro do canteiro propriamente. Com tamanha pluralidade, não é possível definir em uma categoria estanque o trabalhador de Itaipu, mesmo porque:

Nos escritórios, mesmo sendo na carpintaria, o simples fato de se trabalhar na parte burocrática e não com ferramentas como picaretas, pás, martelos, além dos pesados equipamentos para agregar concreto, proporcionava aos trabalhadores melhor qualidade de vida e os tornavam diferentes dos demais, recebendo um status de membro das equipes diretivas. (SESSI, 2015, p.185)

As subcategorias de trabalho dentro da obra geram status social diversos, a partir das atribuições e remuneração daí decorrentes. A estrutura militarmente hierárquica na qual a Itaipu foi pensada atuava desde uma identificação em crachás (com classificações de A a D), a divisão dos espaços internos (SESSI, 2015).

Para o Sr. Adenival, a remuneração destoante entre cargos implicava no relacionamento com os colegas, e era um fator “ilusório” que a Itaipu propagandeava: quando é dito que havia bons salários, não é apontado quem os recebe:

quando eu entrei no sindicato, meus colega de direção que dentro do sindicato tinham a mesma voz, fora o poder aquisitivo deles, era tipo assim, umas seis oito vezes o salário deles era melhor do que o meu. Se eu ganhasse 100, ele ganhava 700, 800, mais ou menos. Para você ver a diferença né. Então é isso que traz a ilusão da Itaipu. Porque muita gente veio e ganhou muito dinheiro. Mas eles não conta, por exemplo, que tem muitas pessoas que tá no fim de carreira aí, de ter sacrificado demais por ter de trabalhar (ADENIVAL, 2019).

Se essas diferenças apontam a impossibilidade de generalizar os trabalhadores, por outro lado há em comum a todas categorias a expedição dos Pedidos de Busca. Não só os trabalhadores contratados diretamente pela Itaipu ou por um dos consórcios estavam sob suspeição, mas também professores e outros funcionários do Colégio Anglo-Americano, por exemplo.

Se os Pedidos de Busca são fontes para pensar o controle que a Itaipu exercia sobre os funcionários, também nota-se que não somente pelo tempo em serviço na usina a vida do trabalhador era condicionada por esta, mas também tendo em vista que a Itaipu encarregou-se de criar e gerenciar infraestruturas fora do canteiro de obras necessárias aos funcionários, que serviam a um exercício de controle. Hospital, escola, centro de lazer, o próprio gerenciamento das vilas, tudo estava sob o manejo da usina e dos consórcios de construtoras.

Assim é que Sessi apropria-se da concepção de Instituição Total de Goffman (2013 apud Sessi, 2015) para definir o canteiro de obras. O autor aponta que a liberdade dos trabalhadores estava na verdade regulada quanto ao “dormir, brincar e trabalhar”, a fim de garantir maior produção e melhor controle social (SESSI, 2015, p.53).

Do ponto de vista dos trabalhadores, o fato de Itaipu oferecer tais suportes é em geral algo positivo. Entre eles, o mais recorrente em suas falas é a menção à segurança que as vilas possuíam quando administradas pela empresa, o que, ao nosso ver, tratava-se também de um exercício de poder.

Na fala de D. Joana fica perceptível essa condição de segurança que a Itaipu transmitia, quando diz: “Naquele tempo tinha os guardas da Itaipu que ficavam o tempo todo monitorando, então não tinha assalto ali, e se pegavam alguém tarde da noite eles traziam pra casa, então a gente tinha toda uma segurança, um aparato, hoje em dia ou você se cuida ou você...”. Fazendo ainda um paralelo de sua infância quando o pai trabalhava na usina com sua fase adulta residindo na mesma vila.

Chama atenção também em sua fala o fato de que os guardas levavam as pessoas para casa, e como isto era visto com bons olhos; aparentemente desassociado de que naquele período o país passava por uma ditadura militar, onde o direito de ir e vir era muitas vezes limitado.

O Sr. Adenival, na experiência de alojamento, por sua vez, conta que havia invasões ao ambiente - tendo sido esse um dos motivos para que decidisse sair de lá.

Hoje pra polícia entrar numa residência eles tem que ter uma ordem judicial né, naquele tempo não precisava disso, né, e eles, entre eles, decidiu naquele dia invadir o alojamento pra dar revista no alojamento, ver se tinha alguma coisa, mas de madrugada né, tipo 4 e pouco da manhã, 5 horas da manhã, eles tava lá... cara cansado de trabalhar e eles chega metendo o pé nas porta e abre a porta e tal, isso que eles faziam. (ADENIVAL, 2019)

Sua fala indica tratar-se de ação rotineira nos alojamentos, mesmo sem prerrogativa aparente. Tal ação ocasionava desconforto aos trabalhadores, após uma rotina exaustiva de trabalho. Esta experiência declaradamente negativa é uma das poucas encontradas com este teor nos relatos, sendo mais comum, como já mencionado, uma conformação de memórias positivas.

Outro desses pontos benéficos aos olhos dos trabalhadores é o âmbito educacional. Os filhos dos trabalhadores estudavam no já mencionado Colégio Anglo-Americano, o que lhes dava uma segurança no sentido de que não precisavam preocupar-se com a educação dos filhos. Além disso, para os que tinham baixa renda, segundo o relato de D. Joana, a Itaipu oferecia também uniforme - como foi o caso da sua família.

O contraponto nesta questão está em que: o rendimento escolar dos filhos poderia influenciar no trabalho dos pais. D. Joana recorda que “quando a gente tirava nota vermelha ou fazia alguma arte, a gente já sabia, a assistente social chamava o pai”, e nesse chamar o pai, além do aparente zelo com o ato educacional, implicava em que se houvesse advertências demais sobre o filho, o trabalho do pai poderia estar ameaçado.

A saúde, por sua vez, não aparece no rol das boas lembranças nutridas pelos antigos trabalhadores. Estendida a toda família, deixava a desejar. Perguntado sobre o atendimento médico, o Sr. Geraldo demonstra insatisfação relembando que sua esposa teve problemas inflamatórios no rim:

... ela chorava de dor e eu pegava, levava lá no médico, o médico consultava e dava antibiótico poderoso, 500mg. Aí dois-três dias passa, né, faz uma semana; antibiótico né, passa o efeito do antibiótico, aí voltava de novo (...) e assim nós levemo três meses, quase morreu a mulher, ela chegou a vim pra 38kg. (GERALDO, 2019)

Devido a esse descuido médico, cujo serviço era terceirizado para a família, a remoção do órgão foi inevitável. A situação foi resolvida somente após consulta em médico especialista, à parte do que a usina disponibilizava.

No canteiro de obras propriamente, as condições de atendimento não eram muito promissoras:

Quando um peão se sente mal, durante o trabalho, ele é levado para a "enfermaria" - uma salinha muito pequena, com ar condicionado, lá mesmo, no canteiro de obras. Ali a gente aplica uma injeção, só mesmo para ele se agüentar em pé, e ele tem que voltar para o serviço, porque a concretagem não pode parar nem um instante. (CHIAVENATO, 1980, p. 165)

Esse relato de um médico¹⁹ que trabalhava no canteiro evidencia um descaso programado. A enfermaria não era adequada, a medicação era dada em efeito paliativo, sem indicação posterior para acompanhamento, a postura médica era dada em determinação ao ritmo de trabalho, não levando em consideração a necessidade do trabalhador. O médico, ao continuar a fala, expressa ainda que é preferível mudar o local de emprego, onde vai receber menos, para não ter a ética do trabalho comprometida, do que permanecer na Itaipu.

A fala também aponta para um ritmo de trabalho que não deveria ser interrompido, mesmo em situações do gênero, um abuso da força trabalhadora. A carga horária cumprida era sempre excessiva, pois tinha que corresponder às metas que as empresas tinham para entregar a obra final - assim, manter o ritmo quase ininterrupto era essencial aos prazos que precisavam ser cumpridos.

Ao iniciar uma obra, estipula-se o tempo de duração. Na construção da Itaipu, os consórcios responsáveis precisavam seguir à risca esse tempo predeterminado, uma vez que o não cumprimento decorre em multas. Por sua vez, o consórcio UNICON estabelecia que as metas fossem atingidas antes do tempo prescrito, através de um cronograma interno (MANARIN, 2008).

Tal interesse se dava não somente para que multas não fossem aplicadas, mas também porque cada etapa entregue antes do prazo poderia render bonificação extra (MANARIN, 2008). Mas no que isso implicava aos trabalhadores? Justamente, conforme dito acima, na carga horária excessiva - que suscita ainda, conforme veremos adiante, outras problemáticas. Manarin explica que as jornadas de trabalho da UNICON eram organizadas de maneira que os trabalhadores faziam 60h semanais, as quais se submetiam por acreditar que "seria um meio de permanecer empregados até o final da construção" (2008, p.133).

Vale lembrar que Itaipu foi um dos últimos grandes empreendimentos na área durante aquele período, então muitos dos chamados barrageiros encontravam-se sem outras perspectivas de trabalho na área. Além disso, vimos que muitos dos

¹⁹ Médico que atendia no canteiro de obras. Relato extraído do documento "O mausoléu do faraó", produzido pela Comissão Pastoral da Terra em 1978 que está transcrito em Chiavenato, 1980.

brasileiros não possuíam qualificações técnicas ou escolares para buscar novos empregos, tendo saído de zonas rurais, do trabalho agrícola.

Embora o Sr. Adenival diga que “nunca fiquei parado naquela época, se eu fosse dispensado hoje, quando fosse amanhã se eu quisesse correr atrás de pegar outro trabalho, tinha”, se referindo ao contexto geral de emprego na construção civil, o dia a dia na Itaipu era, em si, ostensivo:

tinha que fazer o que a empresa queria, por exemplo, se quisesse cê pegava das 7 horas e trabalhava até às 10 horas... ou trabalhava, ou era dispensado. Então, era muito rígido o período de trabalho deles, né, pegava um trabalho com tempo indeterminado e ferrava o máximo que pudesse com a gente fazer. (ADENIVAL, 2019)

A postura diretamente crítica do Sr. Adenival, em relação ao tempo de trabalho, não é tão comum se comparada com a de outros trabalhadores. Quase sempre, os demais referem-se ao trabalho excedente com uma memória saudosa de que naquela época recebiam boa remuneração - já que as horas extras eram pagas - e indiretamente dão indícios do peso real que o serviço impunha.

O Sr. Geraldo conta que “principalmente no começo eu entrava na base das 7:30 no serviço, e geralmente era meia noite, meia noite e pouco que eu vinha pra casa”. Um tempo ainda maior que o apontado pelo Sr. Adenival. Perguntado se valia a pena, diz que recebia mais em hora extra do que em salário, mas não deixa de falar do esforço que era:

(...) chegava 10-10 e pouco da noite eu não aguentava dor no corpo, cansa... Entra semana e sai semana... Domingo às vezes tinha que ir pra segunda-feira deixar as caixas cheia d'água. Eu tinha um ajudante, chamado Sotelo, eu dizia “Sotelo, pega esse caminhão aqui, experimenta dirigir”, “ah mas eu só vejo mexer nesses ferro aí, mas não sei como é que faz”, e eu botei ele pra dirigir; o PNM tinha cama, eu chegava e virava aquela cama, trabalhava até 10-11 horas, quando a chefia ia embora eu botava ele, meu ajudante a dirigir caminhão. (GERALDO, 2019)

Na sequência, conta ainda que “caia na cama lá e ferrava mesmo, cansado”. Fica evidente também nesse trecho os riscos que o trabalhador se impunha para cumprir a carga horária que lhe era imposta: mesmo não sabendo dirigir, o ajudante do Sr. Geraldo se viu obrigado a aprender, pois era o seu superior quem lhe ordenava. Felizmente, nada lhes aconteceu pessoalmente, mas o Sr. Geraldo conta que houve um dia que o ajudante chegou a bater o carro.

A partir dessas colocações identificamos algumas das problemáticas que essa carga horária, mesmo cumprindo o pagamento da hora extra, possuía. O trabalho excessivo levava a processos de exaustão, como o do Sr. Geraldo, a uma ausência no núcleo familiar, a vícios, entre outras coisas.

D. Joana relata a felicidade que era, quando criança, ver o pai em casa, da festa que faziam, pois “ele fazia serão, hora extra, e a gente sempre ficava na expectativa da chegada dele”. Nas famílias de baixa renda, como a de D. Joana, não raro outros membros além do pai também trabalhavam para complementar a renda familiar.

Na do Sr. Adenival, tanto ele quanto a esposa trabalhavam para sustentar os gastos de casa e filhos, mesmo assim com dificuldade: “minha mulher trabalhou muito pra criar nossos filhos, foi muito difícil”.

No caso da família de D. Joana, eram ela e seis irmãos. A mãe ficava em casa, mas as filhas mais velhas filhos desde cedo começaram a trabalhar para contribuir nas despesas: “minhas irmãs mais velhas foram trabalhar em casa de família, e continuar os estudos, e ajudar os pais nos gastos”.

Havia hora extra, que se era de um lado imposta pela empresa, por outro o aceite era imposto pela necessidade de suprir condições materiais aceitáveis à família do trabalhador. Assim também foi para o Sr. Adenival:

Eu já fiz hora extra, mas sempre fui contra isso. Fiz porque era obrigado, já trabalhei assim a semana inteira, trabalha de 7 às 22h, mas não do meu gosto, é que era obrigado a fazer aquilo ali, inclusive quando era preciso trazer o sustento da casa. Você se obriga a fazer alguma coisa que não tá no seu projeto de vida. E é difícil. (ADENIVAL, 2019)

Para o núcleo familiar do Sr. Geraldo, que era menor e que exercia a função de motorista, diferentemente do pai de D. Joana que era auxiliar de serviços gerais, a renda não era um problema. O dinheiro a mais da hora extra, junto ao cansaço do trabalho, sim. No seu caso, somados esses elementos, adquiriu vício em álcool e cigarro:

começou a sobrar dinheiro, aí já comecei a beber, comecei a fumar, fumava três carteira de cigarro por dia (...) Eu tomava quatro velho barreiro no mês, quando chegava do serviço (...) Comprava pacote de cigarro, aquele Shelton, cheguei a comprar de caixa com vinte pacote dentro, botava ali, e ali ia queimando... Tinha lá na escrivaninha na obra, eu tinha na gaveta um pacote, em cima uma carteira e um isqueiro, em casa eu tinha a mesma coisa em frente a televisão, uma carteira e um isqueiro e andava sempre com uma carteira de cigarro.(GERALDO, 2019)

O álcool e o cigarro aparecem como uma válvula de escape para o Sr. Geraldo, bem como para outros trabalhadores. Sobre tudo o cigarro, que era

consumido entre uma tarefa e outra do serviço. As consequências daí decorrentes recaem, em peso, sobre a estrutura familiar. O Sr. Geraldo recorda que só parou de fumar e beber, com frequência, pois a esposa ameaçou ir embora com os filhos.

Voltando aos encargos do trabalho excedente propriamente, verifica-se que este configurava-se, na Itaipu, não como exceção, e sim como regra:

Seguir a escala e trabalhar no dia de folga ficava à escolha do peão. Mas, isso poderia trazer consequências ao trabalhador quando chegava a próxima redução na empresa, pois os critérios narrados pelos trabalhadores seriam sua produtividade, pontualidade, compromisso e responsabilidade. (MANARIN, 2008, p.133)

Ocorreu isto com o Sr. Adenival. Ao ser escalado para trabalhar em um domingo que teria jogo de um campeonato de futebol, procurou o superior que havia feito a escala para conversar, e mesmo não tendo encontrado decidiu não ir:

Quando tava construindo aquele prédio da recepção da Itaipu ali, eu tava naquele prédio, e fui demitido ali, porque me escalaram pra trabalhar no domingo, fui falar com a chefia não apareceu quem me escalou, e naquele tempo eu jogava futebol, eu tava nas oitava de finais do campeonato (...) E, eu num fui trabalhar, falei "Não, cês quer fazer, faz! Que eu vou jogar bola, pois, eu to há um tempão jogando e agora que tá caminhando pras finais, eu vou ficar fora? Não vou não, eu vou jogar". Aí saí, mas quando voltei me suspenderam por três dias, logo em seguida teve um facção, aí me dispensaram.(ADENIVAL, 2019)

A ameaça do "facção", do corte, era uma constante na vida desses funcionários. Além de cumprir o trabalho excedente imposto, outro ponto crucial para não ser "cortado", era estar atento aos acidentes de trabalho.

A UNICON possuía um informativo no qual os acidentes de trabalho eram transmitidos como fruto da desatenção dos trabalhadores, e mereciam destaque em reportagens os que não sofriam acidentes (MANARIN, 2008). Nessas reportagens, havia conteúdo criado pelos próprios trabalhadores a respeito do cuidado que se deveria ter para evitar acidentes.

O Sr. Adenival, ao tocar nesse tema, chama atenção para que muitos trabalhadores desconheciam o uso de EPI's e que o uso não era estimulado pelas empresas da construção civil:

Porque morreu muita gente na construção, morria, machucava e tudo. Eu presenciei alguns acidentes com morte. Porque o pessoal não cuidava. Que o trabalhador por ele ser uma pessoa bem sem cultura, ele também tem muita dificuldade em obedecer, mudar os hábitos, né. Então pro patrão, se ele não usar a botina, melhor pro patrão que sobra botina, se ele não usar o cinto de segurança também melhor que não estraga o cinto. Então muitas vezes as pessoas num... as empresas até compram o material, o equipamento de segurança, mas não exige que a pessoa use.

Na narrativa sobre a construção da Itaipu, efetivamente, há quase um hiato a respeito dos acidentes de trabalho - tanto no que narra a empresa quanto os antigos trabalhadores. Como pontua Manarin, quando trata-se de discutir “as memórias dos trabalhadores percebemos que eles compartilham algumas lembranças selecionadas e preservadas pela memória oficial” (2008, p.22).

Assim, dado que acidentes de trabalho são assuntos sensíveis à imagem de uma empresa, e a Itaipu, desde a UNICON, possuía uma política de culpabilizar os trabalhadores, como esperar que falem abertamente no tema? O Sr. Geraldo diz que “o único que eu vi foi um que o caminhão carregado de pedra subiu em cima de outra pedra e com o peso, comprimiu a pedra ali no pneu dele e pegou um peão lá (...) Foi o único acidente que eu vi”; onde nota-se a ênfase em ter sido o único acidente que viu ao longo dos anos que trabalhou ali.

Por outro lado, o Sr. Adenival aponta para acidentes, no plural, que teria visto: “muitas vezes, né, acontecia um acidente, a pessoa caiu se esborrachou toda, chegava jogava uma lona em cima e não deixava ninguém chegar perto porque o cara tava vivo e depois saiu pro hospital, foi pro hospital”. Se o “muitas vezes” indica uma recorrência, ele chama atenção ainda de que não se sabia ao certo se a pessoa teria ido para o hospital, indicando que poderia estar morta e isso não seria falado pois “não podia correr aqueles boato que tinha morrido alguém”.

No geral, como apontado mais acima, os trabalhadores não falam muito desse tema, sendo o Sr. Adenival uma das poucas exceções. Cabe lembrar outra vez como os acidentes não eram bem vistos, a falta de atendimento médico adequado e as relações de poder colocadas entre empresa e funcionário. Se a maioria dos trabalhadores reproduz discursos próximos ao da Itaipu, é preciso questionar aí quem está em situação de criá-los.

Por fim, nos chama atenção pensar ainda no que concerne à vida fora da Usina para esses trabalhadores. Esse quesito é perpassado pelos já mencionados: segurança, moradia e a própria rotina de trabalho. Isto porque, perguntados a respeito do lazer, são espaços dentro das vilas que mais aparecem como proporcionadores desses momentos. Lanchonete do Marino, danceteria, sambódromo, Centro Comunitário, são os nomes que vieram à tona.

No Centro Comunitário da Vila C ocorriam distintos festejos e havia palestras sobre temáticas sociais:

O Centro Comunitário, nós tínhamos um grupo de jovens e nós promovíamos as festas pra poder arrecadar dinheiro e ajudar as famílias carentes, trabalhava essa questão das drogas, palestras... O Centro Comunitário a Itaipu injetava verba, dava aquela força pra gente tá continuando. O que a gente gostava mais era festa junina, aquelas barracas tradicionais... (JOANA, 2019)

Observado o ponto de que a Itaipu também investia nesse espaço, assim como fomentava jogos na recreação dos funcionários (SESSI, 2015), retornamos a Sessi ao tratar a Itaipu como Instituição Total, regulando todos os âmbitos da vida do trabalhador. Então embora houvesse momentos de lazer, este também acabava por ter relação com o trabalho - pois não fosse diretamente estabelecido por ela, ocorria dentro das Vilas, cuja vigilância, como mencionamos anteriormente, cabia à Itaipu.

Reiteramos ainda que na memória do trabalhador isto não é visto como um problema, nas palavras de D. Joana: “Eu posso te dizer que o padrão de vida que a gente tinha, em relação a segurança, em relação a ter atividades pra fazer, eu posso te dizer que foi 100%, não tenho o que me queixar”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa buscou-se investigar e discutir dimensões da vida dos trabalhadores que atuaram na construção da Usina de Itaipu, tratando-os além de categorias estanques, através da análise de Pedidos de Busca e entrevistas, a partir de uma abordagem da História Social. Observamos que a História Oral consolidou-se junto à História Social, sendo que as entrevistas aqui utilizadas servem à esse propósito; e que a abordagem dada aos Pedidos de Busca, enquanto documentos produzidos em um aparato de controle, fazem jus aos objetivos da História Social.

Reconhecidos os limites de uma Iniciação Científica e de um Trabalho de Conclusão de Curso, apontamos que o estudo pode apresentar ainda outros resultados se continuado. Um dos caminhos seria dar seguimento à investigação no Arquivo Nacional, com o intuito de investigar se há outros Pedidos de Busca, em que período e com que frequência aparecem mais, visto que não houve tempo hábil para averiguar se há outros Pedidos no Arquivo.

Quanto aos elementos básicos de investigação e discussão propostos, de abordar questões relacionadas às regiões de origem, processo migratório, diversidade de funções, bem como questões relativas ao cotidiano e à sociabilidade entre os trabalhadores, entende-se que foram alcançados.

Destes, destaca-se que trabalhar na Itaipu se constituiu para muitos dentro de um processo migratório, onde o núcleo familiar estava inserido desde o princípio. Tratava-se de uma busca por estabilidade e segurança para toda a família, e um risco a correr visto que muitos dos trabalhadores desconheciam a prática de funções que vieram a desempenhar, sendo que, em geral, não possuíam escolaridade avançada e tinham experiência apenas no trabalho agrícola.

As entrevistas, na sua maioria, apontam boas recordações do trabalho, da segurança e dos benefícios que a Itaipu proporcionou aos trabalhadores e suas famílias. No entanto, ressalta-se aqui a necessidade de observar as relações de poder imbricadas na construção de narrativas, e a maneira como os trabalhadores possuem discursos muito próximos aos que a Itaipu emprega.

FONTES

Pedidos de Busca - Arquivo Nacional (RJ):

1976. BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.746
1976. BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PTN.208
1978. BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.855
1977. BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.767
1977. BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.769
1976 - 1979. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80011692
1980. br_dfanbsb_zd_0_0_0027b_0019_d0003
1983. BR_DFANBSB_ZD_0_0_0041B_0099_d0001de0001
1986. BR_DFANBSB_ZD_0_0_0041B_0060_d0001de0001
1986. br_dfanbsb_zd_0_0_0041b_0061_d0001de0001
1987. br_dfanbsb_zd_0_0_0041b_0039_d0001
1987. br_dfanbsb_zd_0_0_0041b_0039_d0004
1987. br_dfanbsb_zd_0_0_0041b_0039_d0002
1987. br_dfanbsb_zd_0_0_0041b_0039_d0005
1987. br_dfanbsb_zd_0_0_0041b_0039_d0008
1987. br_dfanbsb_zd_0_0_0041b_0039_d0007

Entrevistas - Acervo do Projeto de Extensão “Memórias Subterrâneas: produção de acervo e espaços de diálogo sobre cotidiano, violência e resistência dos trabalhadores de Foz do Iguaçu” (UNILA, PR)

REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, Julio José. As condições de vida em Itaipu. In: **Stroessner: retrato de uma ditadura**. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 161-169.
- FERREIRA, Marieta Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. In: **História Oral**. 1998. p.19-30.
- GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados**. Terra e água: o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA, ULBRA, 2003.
- FONTES, Paulo. História oral e história social do trabalho. In: **História oral e historiografia: questões sensíveis**. Org. Angela de Castro Gomes - São Paulo, SP: Letra e Voz, 2020. p.81-105.
- ITAIPU BINACIONAL. Perguntas frequentes. s/d. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/perguntas-frequentes>. Acesso em: 15/17/2022.
- MANARIN, Odirlei. Operários de Itaipu: Experiências e lembranças da demissão. In: **História na Fronteira**. Foz do Iguaçu, v.1, n.2, p. 7-26, jul./dez. 2008.
- MANARIN, Odirlei. Peões da barragem. **Memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu 1975 a 1991**. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2008.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça. Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. 2ª edição. São Paulo, SP: Coedição Loyola e Comissão Pastoral da Terra do Paraná, 2003.
- PETERSEN, Sílvia. História Social do Trabalho. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH/SP**, julho de 2011.
- RIBEIRO, Maria de Fátima. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste. 2002.
- SESSI, Valdir. “O povo do abismo”: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974 - 1987). Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2015.
- SILVA, Jussaramar da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.
- SOUZA, Aparecida Darc de. Formação Econômica e Social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

UEDA, Eduardo Gonçalves; GERALDO, Endrica. A Farda e o Fardo: Memórias sobre o mundo do trabalho na construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (1975-1991). **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, v. 1, p. 137-163, 2020.